

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 154.240 - RS (2017/0226253-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
INTERES. : SILVIO RIBEIRO LUZ
ADVOGADO : ERNANI DIAS DE MORAES JUNIOR - RS035408
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. INDEVIDA CESSAÇÃO POR INACUMULATIVIDADE COM APOSENTADORIA (ART. 86, §§ 2º E 3º, DA LEI N. 8.213/1991, COM REDAÇÃO DA LEI N. 9.528/1997). RESTABELECIMENTO. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR NÃO DERIVADOS DE ACIDENTE DE TRABALHO.

1. O pedido é de restabelecimento de benefício de auxílio-acidente decorrente de acidente de trabalho.
2. A causa de pedir é a cessação do benefício acidentário em razão da proibição de sua cumulação com a aposentadoria, conforme prescrito no art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.213/1991.
3. Pedido e causa de pedir não derivados de acidente de trabalho.
4. Conflito conhecido para declarar a competência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do conflito e declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Francisco Falcão, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 08 de maio de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 154.240 - RS (2017/0226253-4)

SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
INTERES. : SILVIO RIBEIRO LUZ
ADVOGADO : ERNANI DIAS DE MORAES JUNIOR - RS035408
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO OG FERNANDES: Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos domínios de ação proposta contra o Instituto Nacional do Seguro Social, mediante a qual pretende a parte autora a restauração de auxílio-acidente de origem acidentária cessado em razão da concessão de aposentadoria por idade.

De acordo com o Juízo suscitado (e-STJ, fl. 57):

Observa-se da leitura da petição inicial (fls. 02/06), da cópia da CTPS do autor (fl. 13) e do INFBEN juntado à fl. 21, na qual é possível observar a espécie do benefício ("94", qual seja, Auxílio-acidente por acidente do trabalho), que o benefício objeto da presente ação teve como motivação acidente do trabalho ocorrido em 04-08-1975 (fl. 13).

As ações acidentárias relativas à concessão, ao restabelecimento e/ou à revisão dos respectivos benefícios são da competência da Justiça Estadual, conforme dispõe o inciso I do art. 109 da Constituição Federal de 1988:

"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;"

Portanto, declaro a incompetência absoluta deste Juízo para julgar a ação, tendo em vista tratar-se de enfermidade decorrente de acidente de trabalho, e declino da competência para a Justiça Comum deste Estado, determinando a remessa do feito ao e. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, competente para o processo e julgamento da demanda.

Do ponto de vista do Juízo suscitante (e-STJ, fl. 75):

Assim, apesar do cadastramento do presente recurso na subclasse "Acidente de Trabalho", entendo que a matéria deduzida não se insere

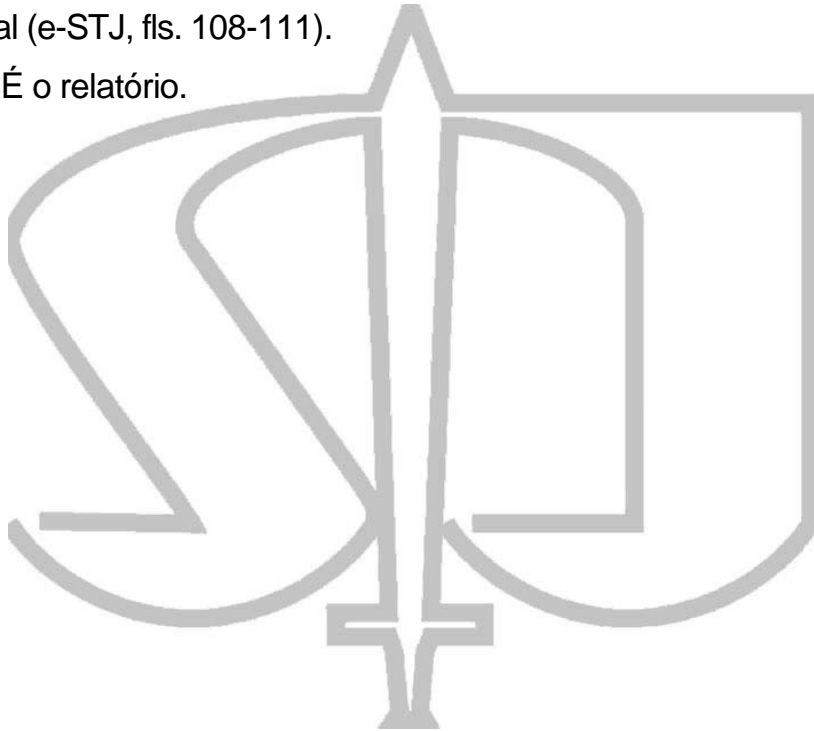
Superior Tribunal de Justiça

naquelas de competência da Justiça Estadual, visto que não versa exclusivamente sobre acidente de trabalho e, por essa razão, não se enquadra na ressalva constante do artigo 109, I, da Constituição Federal, conforme orientação firmada no Supremo Tribunal Federal.

3. Diante do exposto, suscito conflito negativo de competência perante o Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 66, II, e 951, *caput*, ambos do vigente Código de Processo Civil, conjugados com o artigo 105, I, d, da Constituição Federal, conforme fundamentação supra. [grifos do original]

Em seu parecer, o Ministério Público Federal considerou competente o Juízo estadual (e-STJ, fls. 108-111).

É o relatório.



CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 154.240 - RS (2017/0226253-4)

VOTO

O SR. MINISTRO OG FERNANDES (RELATOR): Registro, de início, que, segundo se infere dos autos, a postulação deduzida pela parte autora diz respeito apenas ao restabelecimento do benefício de auxílio-acidente que foi cessado em virtude da proibição de pagamento cumulativo com a aposentadoria por idade que passou a usufruir, surgindo o conflito de competência em razão da natureza acidentária do benefício cessado.

Sendo assim, o presente conflito reporta-se à interpretação das disposições contidas no art. 109, I, da Constituição da República, que preveem tanto a competência da Justiça Federal para julgar casos em que a União, autarquias e empresas públicas federais sejam parte, quanto a da Justiça comum estadual para o processo e julgamento das ações provenientes de acidente de trabalho:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente do trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

No caso, observa-se que o pedido e a causa de pedir não decorrem de acidente de trabalho, pois, embora se esteja pedindo o restabelecimento do benefício acidentário, a causa de pedir decorre da restrição legal constante nos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei n. 8.213/1991, com a redação da Lei n. 9.528/1997, os quais dispõem:

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, **vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria**.

§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, **exceto de aposentadoria**, observado o disposto no § 5º, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente. [grifos acrescidos]

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a competência da Justiça Federal nos casos em que se discuta apenas a possibilidade de cumulação de

benefício acidentário com o benefício de aposentadoria.

Nesse sentido:

ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM AUXÍLIO SUPLEMENTAR. RECURSO JULGADO POR TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA QUE NÃO SE INSERE NA RESSALVA CONTEMPLADA PELO ART. 109, I, DA CF. QUESTÃO QUE ENVOLVE APENAS ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. RE IMPROVIDO. I - Tratando-se de matéria de interesse do INSS, qual seja, a possibilidade ou não de acumulação de proventos da aposentadoria com o auxílio suplementar, a matéria refoge à competência da Justiça comum. II - Questão que não se enquadra na ressalva do art. 109, I, da CF, visto que não cuida exclusivamente de acidente do trabalho. III - Reconhecida a competência da Justiça Federal para julgar o feito. IV - Recurso extraordinário improvido.

(RE 461.005, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 8/4/2008, DJe-083 DIVULG 8/5/2008 PUBLIC 9/5/2008 EMENT VOL-02318-04 PP-00671 RF v. 104, n. 399, 2008, p. 294-296 LEXSTF v. 30, n. 358, 2008, p. 306-309)

Diante dessas circunstâncias, penso não ser aplicável a orientação fixada pelas Súmulas 15/STJ e 501/STF, respectivamente:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

Compete à Justiça Ordinária Estadual o processo e julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

Da mesma forma, entendo não estar o caso abarcado pelo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – no que se prende à competência para processar e julgar as ações de benefício acidentário – de que a exceção prevista no art. 109, I, da Constituição da República deve ser interpretada de forma extensiva, competindo à Justiça estadual não só o julgamento das ações pertinentes a acidente de trabalho, mas também daquelas em que se discutam as consequências:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. Acidente do Trabalho. Ação acidentária. Compete à Justiça comum dos Estados processar e julgar as ações de acidente de trabalho (CF, art. 109, inc. I). Recurso não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

(RE 176.532/SC, Rel. para acórdão Min. NELSON JOBIM, DJ 20/11/1998)

Agravo Regimental em Agravo de Instrumento. Previdenciário. Benefício acidentário. Reajustamento. Competência. As ações acidentárias têm como foro competente a Justiça Comum, a teor do disposto no art. 109, I, da CF, que as excluiu da competência da Justiça Federal. Reajuste de benefício acidentário. Competência da Justiça estadual não elidida. Precedentes. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 154.938/RS, Rel. Ministro PAULO BROSSARD, DJ 24/6/1994)

Considerando que a competência da Justiça Comum Estadual para as causas relativas a acidentes de trabalho (CF, art. 109, I) compreende não só o julgamento da ação relativa ao acidente do trabalho, mas, também, de todas as consequências dessa decisão, tais como a fixação do benefício e seus reajustamentos futuros, a Turma deu provimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Alçada Civil do Estado São Paulo que reconheceu a competência da Justiça Federal para julgar os litígios relativos a reajuste de benefício acidentário. Precedentes citados: RE 176.532-SC (DJU de 20.11.98) e RE 127.619-CE (RTJ 133/1352). RE 264.560-SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, 25.4.2000.

(Informativo n. 186 do STF, de 24 a 28 de abril de 2000)

RECURSO. Extraordinário. Competência para processar e julgar. Benefícios previdenciários. Acidentes de trabalho. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso provido. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas relativas ao restabelecimento de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.

(RE 638.483 RG, Rel. Min. PRESIDENTE, julgado em 9/6/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-167 DIVULG 30/8/2011 PUBLIC 31/8/2011 EMENT VOL-02577-02 PP-00193)

Pelos mesmos motivos, também considero não se aplicar ao caso o posicionamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça quanto à competência da Justiça estadual para julgamento tanto da concessão de benefícios decorrentes de acidente de trabalho quanto das relações dela derivadas:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS DEMANDAS QUE VERSEM SOBRE CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIO DECORRENTE DE ACIDENTE LABORAL. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. COMPETÊNCIA FIXADA DE ACORDO COM O PEDIDO EXPRESSO NA PETIÇÃO INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL DO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Justiça Estadual é competente para processar e julgar ação relativa a acidente de trabalho, estando abrangida nesse contexto tanto a lide que tem por objeto a concessão de benefício decorrente de acidente de trabalho, como também as relações daí decorrentes (restabelecimento, reajuste, cumulação), uma vez que o art. 109, I da CF não fez qualquer ressalva a este respeito. Súmulas 15/STJ e 501/STF.

2. O teor da petição inicial é elemento essencial ao deslinde do conflito, uma vez que a definição de competência decorre da verificação da causa de pedir e do pedido apresentados na inicial.

3. Agravo Regimental do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL a que se nega provimento.

(AgRg no CC 141.868/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 2/2/2017)

Como facilmente se observa, a ação de acidente de trabalho e suas consequências definem a competência da Justiça comum estadual para o trato da matéria.

Entretanto, este caso não cuida de simples restabelecimento de benefício acidentário, mas, sim, de sua manutenção, de forma cumulada, com aposentadoria posteriormente concedida, o que passou a ser obstado a partir da edição da Medida Provisória n. 1.596-14/1997, convertida na Lei n. 9.528/1997, em razão de os valores relativos ao auxílio-acidente terem sido incorporados na base de cálculo da aposentadoria. No aspecto:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA. ECLOSÃO DA MOLÉSTIA EM DATA POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.528/1997. EXIGÊNCIA DE QUE AMBOS BENEFÍCIOS TENHAM SIDO CONCEDIDOS ANTES DA EDIÇÃO DA LEI. RECURSO ESPECIAL 1.296.673/MG, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN. AGRAVO INTERNO DO SEGURADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "O pedido de suspensão do julgamento do Recurso Especial, em razão do reconhecimento de repercussão geral da matéria, pela Suprema Corte, não encontra amparo legal. A verificação da necessidade de sobrestamento do feito terá lugar quando do exame de admissibilidade de eventual recurso extraordinário a ser interposto, a teor do art. 1.036 do Código de Processo Civil de 2015." (AgInt no REsp 1.591.844/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 16.6.2016).

2. Com as alterações do art. 86, § 2o. da Lei 8.213/1991, promovidas pela MP 1.596-14/1997, convertida na Lei 9.528/1997, o auxílio-acidente deixou de ser vitalício e **passou a integrar o salário-de-contribuição para fins**

de cálculo do salário de benefício de aposentadoria previdenciária, motivo pelo qual o citado dispositivo trouxe em sua redação a proibição de acumulação de benefício acidentário com qualquer espécie de aposentadoria do regime geral.

3. A 1a. Seção do STJ, no julgamento do REsp. 1.296.673/MG, representativo de controvérsia, relatado pelo Ministro HERMAN BENJAMIN, na sessão de 22.8.2012, pacificou o entendimento de que a cumulação do benefício de auxílio-acidente com proventos de aposentadoria só é permitida quando a eclosão da lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria forem anteriores à edição da Lei 9.528/1997.

4. A matéria foi sumulada sob o enunciado 507 desta Corte, "a acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11.11.1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho".

5. *In casu*, apesar da concessão da aposentadoria ter ocorrido em período anterior à edição da Lei 9.528/1997, a eclosão da moléstia ocorreu em momento posterior à citada norma, motivo pelo qual o segurado não faz jus à cumulação do benefício acidentário com a aposentadoria, em observância ao princípio do *tempus regit actum*.

6. Agravo Interno do Segurado a que se nega provimento.

(AglInt no AREsp 785.295/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/12/2018, DJe 19/12/2018)

Ademais, além de a causa de pedir não se referir a acidente de trabalho, observe-se que a atual conjuntura da Justiça Federal, em que o acesso do jurisdicionado vem se tornando mais próximo, e fácil, tende a retirar a competência da Justiça estadual para os feitos previdenciários de natureza acidentária. A doutrina, inclusive, já vem se manifestando nesse sentido:

De arremate, insta noticiar que tramita no Congresso nacional com grande vontade política a PEC 278/2008, que objetiva retirar a competência da Justiça Estadual para julgar as ações acidentárias propostas contra o INSS, o que será bem recebido pelos segurados e seus dependentes.

A origem histórica desta competência era facilitar o acesso à Justiça quando os segurados mais necessitavam, ou seja, quando sofriam acidentes de trabalho, vez que a Justiça Federal não era dotada de uma boa interiorização.

Logo, considerando o processo de expansão da Justiça Federal no interior do país, bem como o fato de normalmente ser mais célere que a Justiça Estadual, o que é comprovado claramente no Estado da Bahia, por exemplo, não mais se justifica essa regra constitucional. (Amado, Frederico. *Curso de direito e processo previdenciário*, 9ª ed., rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. JuisPodivm, 2017, p. 1109)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2017/0226253-4

PROCESSO ELETRÔNICO

CC 154.240 / RS

Números Origem: 00156245720164049999 00639135320178217000 156245720164049999
639135320178217000 70072997984

PAUTA: 08/05/2019

JULGADO: 08/05/2019

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. SANDRA VERÔNICA CUREAU

Secretário

Bel. RONALDO FRANCHE AMORIM

AUTUAÇÃO

SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
INTERES. : SILVIO RIBEIRO LUZ
ADVOGADO : ERNANI DIAS DE MORAES JUNIOR - RS035408
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ASSUNTO: DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie - Auxílio-Acidente (Art. 86)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Seção, por unanimidade, conheceu do conflito e declarou competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Francisco Falcão, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.